



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681340 - SP (2021/0226351-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : RONALDO CAMILO E OUTRO
ADVOGADOS : RONALDO CAMILO - PR026216
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIMAR PRETO CARDOSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDIMAR PRETO CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2141573-60.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena em regime semiaberto como incurso no art. 33, *caput*, c/c o artigo 40, inciso V, da Lei n. 11.343/2006, e nos arts. 14 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03, c/c o art. 70, segunda parte, do Código Penal, todos na forma do art. 69 do Estatuto Repressivo.

Sustentam os impetrantes que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, eis que cumpre pena longe do convívio familiar.

Alegam que o reeducando tem o direito a cumprir o restante de sua pena no interior do Estado do Paraná, onde possui trabalho e residência fixa, fazendo jus à prisão domiciliar mediante uso de tornozeleira eletrônica.

Invocam precedentes jurisprudenciais e aduzem ofensa a princípios constitucionais, apontando o art. 5º, *caput* e incisos XXXV, XLI, LVII, LXVIII e LXXVIII, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal.

Argumentam, ainda, que a ordem constitucional pode ser concedida de ofício, não havendo que se falar em supressão de instância.

Requerem, liminarmente e no mérito, que seja concedido ao paciente o direito de cumprir a pena em prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico, na cidade onde possui residência e está sua família.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem, que não conheceu do prévio *writ*. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO. "OPERAÇÃO FERRARI". PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. TRANSFERÊNCIA PARA ESTABELECIMENTO PRÓXIMO DA FAMÍLIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO

PROVIDO.

[...]

4. O pleito de transferência do recorrente para estabelecimento no Estado de Sergipe não foi analisado no acórdão recorrido, seu exame diretamente por esta Corte Superior importaria em indevida supressão de instância.

5. Recurso não provido.

(RHC 66.062/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência